



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CPD AO PROJETO DE LEI Nº
2.132, DE 2022**

Altera a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso aos documentos públicos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei altera o art. 21 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, e o art. 5º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, para assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso aos documentos públicos.

Art. 2º. O art. 21 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 21 (...)

Parágrafo único. Os documentos públicos impressos e na forma digital devem ser disponibilizados em formato acessível às pessoas com deficiência visual, na forma do regulamento.” (NR)

Art. 3º. O art. 5º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 5º (...)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo único. Os documentos públicos impressos e na forma digital devem ser disponibilizados em formato acessível às pessoas com deficiência visual, na forma do regulamento. "(NR)

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor 24 (vinte e quatro) meses após da data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 13 de junho de 2023.

Deputado MÁRCIO JERRY
Presidente

